

Patrões podem fazer movimento contra a Carta

29 FEV 1980

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

Ao aprovar a ampliação das vantagens trabalhistas, a Constituinte consagrou uma vitória da esquerda, mas, ao mesmo tempo, revigorou o movimento de insatisfação contra os rumos da transição democrática existente à direita. "Foi bom que isso acontecesse, porque agora se explodiu tudo mais facilmente", conformou-se um direitista empenhado na integração entre militares e empresários no movimento de insatisfação.

O raciocínio dos insatisfeitos é o de que os empregadores não aceitam com boa vontade novos direitos dos empregados como a licença de 120 dias para gestantes, oito dias de folga aos maridos das gestantes, bonificação de um terço dos salários nas férias, hora extra mais cara do que a normal em pelo menos 50 por cento, e ampliação do aviso prévio na demissão.

Seria, assim, mais fácil mobilizar os empresários para o movimento de protesto contra a transição — movimento que não se satisfaz com os rumos da administração do presidente Sarney, pensa na sua sucessão e gira basicamente em torno da Constituinte. Trabalha-se com a idéia de que o governo é transitório e pode até mesmo mudar dentro de um ano, enquanto a Constituição será um alvo mais permanente.

Nesse paralelo, acredita-se na direita que a Constituinte pode oferecer pelo menos dois motivos para a justificação moral do movimento de insatisfação:

1) Na medida em que encontrar resistência social às suas normas, a futura Constituição torna-se ilegítima; numa situação que abre espaço à contestação, à desobediência civil.

2) Na mesma medida, as insatisfações que vão surgindo contra as decisões da Constituinte podem ampliar a relação de aliados do movimento de direita, o que também se transforma num fator de legitimação da revolta.

Como as primeiras decisões profundas da Constituinte estão na mesa, a direita revoltada espera que, para começar, os novos aliados assumam pelo menos uma entre duas posições:

1) Engrossar um movimento de pressão sobre os constituintes para que a Assembléia reveja suas decisões mais polêmicas na votação de segundo turno.

2) Deixar a nave da Constituinte velejar à vontade para, ao final de seus trabalhos, contestar a nova Constituição numa posição radical contra as instituições a partir da argumentação de que elas são legais mas ilegítimas.

Espera-se que alguns aliados também joguem nas duas alternativas ao mesmo tempo,

mas o setor mais radical joga mais na segunda: a esquerdização completa da Constituição tornaria mais fácil o exercício de uma pressão poderosa sobre as instituições para mudar as regras constitucionais. Quanto pior a situação, melhor para mudá-la.

Torcem pelo pior mesmo porque consideram extremamente difícil mobilizar toda a direita da Constituinte contra a esquerda. Como exemplo dessa dificuldade, aponta-se o caso do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), "um burguês que seduziu-se pelo charme das posições progressistas e às luzes dos holofotes da publicidade".

Recorda-se que, antes de César Coelho, o senador Albano Franco (PMDB-RJ), forte empresário e presidente da Confederação Nacional daró e Ite Cofra aia a Indút Indústria, votou, na antiga Comissão de Sistematização, a favor da nacionalização da distribuição do petróleo e seus derivados — "para cortejar a simpatia não se sabe de quem".

Anotou-se na direita, na última sexta-feira, uma declaração aos jornais em que o deputado centrista Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) prometia que ele também, dali em diante, votaria com a esquerda. Mas a fala de Robertão foi atribuída ao seu sarcasmo, enquanto César Coelho não estaria agindo com o propósito de radicalizar para propiciar a presença em cena do pior — para a qual sema mais facil atrir Robertão.

IGUAL A SARNEY

Nesse ponto da análise, o movimento de insatisfação acredita na existência de um paralelo entre a posição da direita e a de Sarney. Enquanto alguns direitistas da Constituinte estariam sucumbindo ao charme da esquerda, os constituintes que gostariam de atribuir cinco anos de mandato ao presidente se deixariam levar pela onda que prenuncia a vitória dos quatro.

A diferença seria o fato de que a direita ainda pode jogar na tese da pior, enquanto Sarney não pode torcer para que a Constituinte assuma uma posição a favor dos quatro anos de mandato que pudessem ser varridos da Constituição por um movimento de rua ou um golpe militar a favor dos cinco. Acredita-se que nem o próprio Presidente desejaria uma solução de força.

Aparentemente, não imaginam a hipótese de uma aliança pela qual Sarney governaria com o apoio dessa direita e contra o sistema que representa o atual processo constituinte. Da mesma forma, não se fala em golpe de Estado, pelo menos por enquanto. A idéia aparente é a de que se pretende criar uma poderosa pressão social que force a revisão dos rumos do regime dentro da ordem constitucional, começando pela eleição presidencial.